



PSD p.7

Continuar a verdadeira coesão em Ovar



Parlamento p.12

“Entradas de leão, saídas de ratinho”

POVO LIVRE



nº 1965

19 de abril de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“O Programa Nacional de Reformas não apresenta nenhuma reforma importante”

O presidente do PSD à saída de uma audiência com o Presidente da República em Belém





Delegação do PSD no Palácio de Belém

“O Programa Nacional de Reformas não apresenta nenhuma reforma importante”

“Nem do ponto de vista da reforma do Estado, nem da reforma da economia”. Foi assim que Pedro Passos Coelho se referiu ao Programa Nacional de Reformas que não apresenta “nenhuma reforma importante” e que aponta para um crescimento abaixo da média europeia. Além disso, o Governo e a maioria persistem em “desfazer algumas” das reformas do Executivo PSD/CDS, dando como exemplo recente a lei das rendas.

O presidente do PSD falava após uma audiência com o Presidente da República, sobre o Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade, dia 17 de abril.

Os dois documentos – o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas – não sustentam “uma retoma mais vigorosa do investimento e do crescimento económico”, que é a visão do PSD. “A perspetiva continua a ser crescer menos do que os parceiros e divergir da média europeia, o que é mau”, disse.

O líder social-democrata anunciou ainda que o PSD não “tenciona apresentar nenhum pedido de votação das duas peças que vinculam o Governo relativamente à Comissão Europeia.”

No final do encontro, que durou cerca de uma hora, com Marcelo Rebelo de Sousa, Passos Coelho salientou que, no ano passado, o PSD tomou uma decisão idêntica e não apresentou qualquer projeto de resolução que forçasse a votação dos documentos.

Em 2016, o PSD já tinha apresentado 222 medidas para que Portugal retomasse o ritmo de crescimento, de captação de investimento, de diminuição das desigualdades sociais e de melhoria das condições de vida. “A maioria chumbou a maioria das propostas”, mas as medidas apresentadas pelo PSD continuam atuais e necessárias, afirmou Pedro Passos Coelho, referindo também o facto de o Governo ter feito as escolhas “sem ouvir a oposição”.

“Não sei se os partidos que suportam o Governo no parlamento estão ou não confortáveis com as escolhas que são feitas pelo Governo, mas essa é uma questão da maioria”, disse.

Passos Coelho sublinhou que, em 2016, esse corte na despesa foi feito “sobretudo à custa do esmagamento do investimento público e redução da fatura com juros da dívida”, frisando que nos anos mais próximos já não se esperam poupanças com os juros.





“Se vier a fazer as mesmas escolhas que em 2016 isso significa que teremos políticas públicas na saúde, na educação, na área social ou em áreas de soberania a perderem qualidade por falta de investimento e despesa adequada”, criticou.

Frisando ser favorável à descida do défice, o líder do PSD disse ser também importante “viver sem ser em emergência financeira e sem ser à custa de medidas extraordinárias”.

O Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas foram aprovados pelo Governo em Conselho de Ministros, na quinta-feira, 13 de abril de 2017.

Na deslocação a Belém, o PSD fez-se representar pelo presidente, Pedro Passos Coelho, vice-presidente, Maria Luís Albuquerque, e pelo secretário-geral, José Matos Rosa.



Pedro Passos Coelho em entrevista à SIC

“Governo tem sido useiro e vezeiro com o dinheiro dos contribuintes”



No dia 6 de abril, em entrevista à SIC, Pedro Passos Coelho acusou o Governo de ser “useiro e vezeiro com o dinheiro dos contribuintes”. O presidente do PSD alertou para a incerteza criada com a venda parcial (apenas 75%) do Novo Banco, tendo os restantes 25% ficado no Fundo de Resolução, e criticou o facto de não se ter encontrado uma solução que permitisse vender a totalidade do “banco de transição”.

Para o líder do PSD, este processo falhou ainda no que diz respeito ao perdão dos bancos e ao facto de estes ainda poderem ser chamados “a responder por perdas de um concorrente, o que é perverso”. Na prática, o que o Governo fez foi perdoar quase metade do empréstimo, pois, “os bancos irão pagar de juros por esse dinheiro é seguramente menos do que o Estado tem pagar para se financiar em igual montante”, o que representa uma “prejuízo desnecessário para os contribuintes”.

Pedro Passos Coelho destacou ainda a estabilização que o seu governo alcançou no sistema financeiro, pois “os problemas na banca de hoje não são seguramente comparáveis com os problemas que eu encontrei”.



Meta do défice foi alcançada com o Plano B

Pedro Passos Coelho salientou, ainda, a desaceleração do crescimento em 2016. Tal como o líder social-democrata afirma, “nós perdemos um ano na recuperação económica do país que vinha a acontecer desde 2014, e crescemos menos em 2016 do que tínhamos crescido em 2015”.

Defendendo sempre o melhor resultado possível para Portugal, pois infelizmente foram muitos os sacrifícios que os portugueses tiveram de fazer, o líder da oposição salientou que a meta do défice apenas foi alcançada devido ao uso de um plano B, algo que o Governo não admite.

“Os objetivos para o orçamento foram alcançados por este Governo com a adoção de um Plano B que se baseia em medidas extraordinárias que foram tomadas do lado da receita. O Governo mudou de estratégia para atingir o défice que atingiu. E isto vai ter custos”, disse.

É importante dizer que “o défice que alcançámos em 2016, se tivesse em conta com as medidas extraordinárias que do lado da receita teve, teria sido de 2,7%. Se a isso acrescentarmos o corte cego que foi feito no

Estado e no investimento público, que foi o mais baixo da democracia portuguesa, então o défice tinha sido de 3,2%. É a verdade. Isso não significa que não seja bom cumprir um défice de 2,1%. Prefiro que o Governo tenha atingido a meta do défice, mesmo que recorrendo a um plano B que teve custos e que terá custos, do que se ter falhado a meta do défice”.

Na realidade, o Executivo, em vez de conseguir um crescimento que nos ponha em convergência com a União Europeia e que retire Portugal de uma situação de stress, está a “gerir a conjuntura em vez executar um programa ambicioso de reformas”. O PSD continua a querer que se alcance um crescimento mais forte, que é o que Portugal merece, e para isso não devem ser desperdiçadas oportunidades. “Não há nenhuma razão para que não possamos crescer mais, o que é preciso é ter as políticas adequadas”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O mesmo Executivo é “suportado por uma maioria parlamentar que faz encenações diárias se apoiam ou não o atual Executivo”. Pedro Passos Coelho afirma ainda que “a responsabilidade pelo Governo que temos não é minha. É dos partidos da esquerda parlamentar”.

O objetivo do PSD é alcançar o maior número de mandatos

O PSD, enquanto partido que tem o processo autárquico mais adiantado, tem um objetivo claro: ganhar o maior número de mandatos nas eleições de 1 de outubro.

“Nós temos o objetivo de ter o maior número de mandatos: seja em câmaras municipais seja em Juntas de Freguesia”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O PSD tem trabalhado para escolher os melhores candidatos, prontos para servir os munícipes e os municípios, pelo que a liderança de Pedro Passos Coelho não está em causa.

Portugal deve valorizar as entidades independentes

O líder do PSD afirmou que “teria gostado de ver o Presidente da República defender a independência do Conselho de Finanças Públicas, quando foi fortemente atacado pelos partidos da maioria, pelo Governo e pelo próprio primeiro-ministro”.

Pedro Passos Coelho já tinha chamado a atenção para a necessidade de se promover e valorizar a autonomia das instituições independentes, algo que o Governo de António Costa não tem vindo a fazer.

Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy na 1.ª edição da Escola Europa



A 1.ª Escola Europa decorrerá nos próximos dias 20, 21, 22 e 23 de Abril, na cidade de Aranjuez, próximo de Madrid. A Escola Europa é um projeto inspirado na Universidade Europa e na Universidade de Verão, promovidas em Portugal. Durante quatro dias, mais de 50 jovens (20 portugueses e 30 espanhóis) selecionados entre mais de 200 candidatos vão receber formação sobre política europeia.

Tem como objetivo aproximar os jovens da realidade europeia, dar a conhecer as políticas da UE e as suas instituições (com destaque para o Parlamento Europeu) através de Conferências, Mesas Redondas e Debates com os participantes.

A conferência principal será às 18h00 de sábado, 22 de Abril, com uma intervenção do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, e do chefe do Governo de Espanha, Mariano Rajoy. Estarão em debate temas como: "Valores e Políticas da UE", "Economia, competitividade e desenvolvimento sustentável", "Modelo Social Europeu".

Na equipa organizadora estão envolvidos, entre outros, Ana Mato (PP espanhol) e Carlos Coelho (PSD).



MAIS INFORMAÇÕES EM:

[http:// www.escolaeuropa.pt](http://www.escolaeuropa.pt)



Salvador Malheiro em entrevista

Continuar a verdadeira coesão em Ovar

“Ovar voltou a estar no mapa pelas questões positivas e sobretudo com grande esforço de todos”. É a este trabalho que Salvador Malheiro pretende dar continuidade. O atual presidente da Câmara Municipal de Ovar recandidata-se com uma promessa clara – “apostar muito numa proximidade junto do nosso povo, sobretudo, de implementação de uma verdadeira social-democracia”.

Uma social-democracia da qual são indissociáveis os princípios da sustentabilidade financeira (“temos contas muito corretas na nossa câmara); territorial (“dotar todo o município das mesmas condições”) e social (“fazer de Ovar um município mais inclusivo e socialmente mais justo”).

De olhos postos nos desafios do novo ciclo autárquico, Salvador Malheiro descreve a sua candidatura como uma aposta no que é mais característico de Ovar – “um povo muito hospitaleiro, com um espírito vareiro muito típico das nossas gentes, com enormes tradições, que merecem ser potenciadas e que têm potenciado muito o município”, desde o Carnaval de Ovar às “procissões quaresmais e mais uma série de riquezas ao nível da gastronomia”, património arquitetónico e religioso.

Que retrato faz hoje da cidade de Ovar?

Em Ovar, temos hoje um território robusto. Um tecido empresarial muito empreendedor, muito tenaz, que conseguiu vencer a crise dos últimos quatro anos de forma extraordinária. Caracteriza-se também por uma série de riquezas naturais, potenciadas ao longo dos últimos tempos – desde logo os nossos 14 quilómetros de costa – com uma grande preocupação com a nossa erosão costeira.

A Câmara Municipal tem estado ao lado das suas pessoas e das suas gentes. E sobretudo para tentar

defender essa enorme riqueza natural, muito específica do nosso município de Ovar.

Caracteriza-se também por ter uma ria – a Ria de Aveiro termina em Ovar. E nós temos feito um grande esforço para dignificar esse “ex libris” do nosso município.

E caracteriza-se também por um povo muito hospitaleiro, com um espírito vareiro muito típico das nossas gentes, com enormes tradições, que merecem ser potenciadas e que têm potenciado muito o município de Ovar. Falo designadamente do nosso Carnaval, do nosso pão-de-ló, das nossas procissões quaresmais e mais uma série de riquezas ao nível da gastronomia, do património arquitetónico, religioso...

O que acontece hoje é que Ovar voltou a estar no mapa pelas questões positivas e sobretudo com grande esforço de todos. Nós fazemos questão de gerir a nossa autarquia, dando importância a todos, desde o mais simples do munícipe até ao principal empreendedor e empregador. Penso que estamos no bom caminho.

A imagem de Ovar hoje não é a mesma que nós tínhamos em 2013. Temos contas muito corretas na nossa câmara, somos gente de contas certas.

Temos feito um enorme investimento para a coesão territorial também, mas nunca descuidando essa sustentabilidade económico-financeira decisiva para os tempos que aí vêm.

Quais as prioridades que sinalizou?

O nosso plano de ação é um plano de ação simples, que pode ser resumido em cinco grandes eixos estratégicos, que já foram iniciados em 2013.

O primeiro é precisamente fazer do município de Ovar um município mais empregador e empreende-

dor. É importante termos a noção de que, em 2013, tínhamos uma taxa de desemprego na ordem dos 16%. Neste momento, em Ovar, temos apenas de 8,5%. Mas é um trabalho que merece ser continuado. Enquanto tivermos um desempregado em Ovar não vamos descansar, no sentido de podermos proporcionar as condições mínimas de vida a essas pessoas que, neste momento, vivem momentos menos bons.

O segundo é um eixo transversal a toda a comunidade: o objetivo de fazer de Ovar um município mais inclusivo e socialmente mais justo, muito de acordo com a nossa ideologia social-democrata. Queremos englobar neste eixo ações prioritárias ao nível da saúde, da educação e do desporto, mesmo sabendo que essas são competências que não estão afetas diretamente às autarquias locais.

O terceiro eixo estratégico visa dotar todo o município das mesmas condições. Eliminar assimetrias. Tratar todas as freguesias de forma igual. O município de Ovar não se resume à sua capital, a Ovar, temos outra cidade que é Esmoriz. Mas temos mais seis freguesias que merecem o mesmo tratamento. É importante termos a noção de que, apesar de estarmos hoje em pleno século XXI, temos ainda algumas freguesias que não têm infraestruturas como saneamento básico. A nossa preocupação será precisamente essa: lutar por uma verdadeira coesão territorial.

O quarto eixo estratégico, que já foi iniciado em 2013, mas que merece continuidade porque há muito para ser feito, tem a ver com a atratividade do nosso território. Temos de potenciar as nossas riquezas naturais, aquilo que é específico de Ovar. Não vamos copiar ninguém. Queremos tirar partido da nossa identidade vareira como polo de atração turística, para que venham mais pessoas a Ovar. Para que as pessoas que residem em Ovar se sintam bem. Nesse contexto, vamos apostar muito numa programação cultural arrojada, moderna, com grandes eventos nacionais. Dessa forma, estaremos a dinamizar a nossa economia local,



a potenciar o emprego e sobretudo a proporcionar as melhores condições a quem lá vive e a criar o apetite para que os nossos vizinhos venham para Ovar. Não podemos descurar que, neste momento, vivemos num clima muito positivo de concorrência territorial. Queremos afirmar-nos por aquilo que nós somos.

O último eixo é absolutamente decisivo para o futuro, incontornável para quem está preocupado com os desafios de futuro. Tem a ver com a sustentabilidade energética e ambiental. Queremos fazer do município de Ovar um município ainda mais verde, que tem preocupações ao nível da mobilidade suave. Nesse contexto, estamos sobretudo a olhar para a qualidade de vida das pessoas.

O nosso plano de ação é este. Que surge na esteira daquilo que tem vindo a ser feito ao longo destes anos. Como é natural, em quatro anos não conseguimos fazer esta rutura, esta mudança grande de que Ovar já precisava. Que já se nota, mas muito há ainda a ser feito.

Que compromisso assume para com os cidadãos?

Um compromisso, sobretudo, de continuidade. De sermos fiéis aos nossos princípios. De sermos fiéis ao nosso plano de ação. Apostar muito numa proximidade junto do nosso povo, sobretudo, de implementação de uma verdadeira social-democracia. Essa social-democracia bonita, em que não apoiamos a subsidiopendência daqueles que mais precisam, mas sobretudo dotar esses mesmos das ferramentas para que eles próprios possam melhorar o seu nível de vida. Esse é o grande compromisso que assumo aqui: dar continuidade ao trabalho, de que temos muito orgulho, que tem vindo a ser feito – tratar todos por igual e apostar verdadeiramente nessa ideologia social-democrata tão bonita, em que queremos sobretudo olhar para aqueles que mais precisam de forma distinta, com uma discriminação positiva.

Como trabalhará em Ovar o desafio da coesão?

Aquilo que tem vindo a ser feito em Ovar é precisamente nesse pressuposto. Nós temos uma enorme valia. O Partido Social Democrata tem excelentes autarcas.

Cada vez mais tem gente muito bem-intencionada, muito bem preparada, com as competências adequadas e completamente integrado na sua comunidade,



sendo reconhecido pelos seus próximos, pelas competências que tem. Nesse contexto, acho que aquilo que é feito ao nível do poder local é absolutamente decisivo para o futuro do País.

Se tivermos muitos casos de sucesso, sendo eles à escala de uma freguesia, à escala de um local, à escala de uma câmara municipal, pode ter a certeza de que estamos a contribuir sobremaneira para o sucesso do País. Neste momento, todos os autarcas têm que ter o sentimento de que estamos a viver um novo ciclo. Já acabou o ciclo das infraestruturas básicas – se bem que ainda existem algumas pejas nesse objetivo. Os autarcas da nova geração têm que ser verdadeiros agentes de desenvolvimento social e económico, para potenciar as suas comunidades, fazendo jus à identidade de cada um e não tentado copiar ninguém.

Nesse contexto, se todos nós fizermos isso, preocupados com as nossas pessoas e as nossas gentes, estamos claramente a contribuir para o sucesso do País, da nossa região e dos nossos distritos.

É nesse contexto que encaro a política. Encaro a

política da forma mais nobre que existe. Tenho essa sorte de poder estar a gerir uma comunidade que é extraordinária, que tem uma forma de receber ímpar, que tem um espírito vareiro de, de facto, ter um esforço e dedicação, de olhar para o trabalho como única forma de se obter sucesso. Quando assim é, é gratificante.

As pessoas têm que estar motivadas, têm que ter vocação. E nós temos muitos casos de sucesso no PSD e que nem sequer podemos comparar com os outros partidos.

Qual a marca da sua candidatura?

Temos apostado muito naquilo que nós somos, verdadeiramente. Na nossa essência. Não queremos ser artificiais. Queremos continuar a ser precisamente aquilo que éramos antes. Diria que a nossa imagem de marca é claramente a proximidade. É o facto de nós tratarmos efetivamente todos por igual. De termos a Câmara Municipal aberta a todas as etnias, a todas as classes sociais. Sempre com um sorriso nos lábios, para tentar encarar cada problema como um desafio. E quando o objetivo principal é melhorar a qualidade de vida das nossas gentes, penso que estamos no bom caminho. Claramente, a proximidade.



Há 21 anos que o investimento público não era tão baixo

O Governo insiste em não reconhecer que teve de alterar “por completo” a política económica e orçamental inicial para cumprir as metas do défice. Cumprir as metas “é positivo”, mas o “problema é que o Governo não tem coragem de admitir que o conseguiu à custa de uma alteração de políticas”, afirmou esta quarta-feira, o deputado Duarte Pacheco.

Na verdade, o custo reflete-se no investimento em queda contínua e em serviços públicos estão à beira da rutura.

O PSD lembra que as metas só foram alcançadas em 2016 com um corte de 85% na despesa, contrariamente ao que o Executivo previa inicialmente. “O Governo dizia que só o aumento e distribuição de rendimento chegaria, porque faria aumentar o IVA e o consumo privado, mas quando constatou que a receita não subiu fez o que todos os governos têm obrigação de fazer, que é mudar a estratégia”, referiu Duarte Pacheco.

Tal como o PSD sempre afirmou, “a estratégia que estava em cima da mesa não era exequível e só por milagre é que aquelas metas eram alcançadas. Como o milagre não aconteceu, o Governo teve de alterar a estratégia”.

“O Governo dizia que ia aumentar o consumo, fazer o crescimento da economia e que essa via era suficiente para alcançar as metas. No entanto, temos uma quebra do investimento público que recorda o ano de 1995, serviços públicos que estão à beira da rutura. E só com 83% de corte na despesa é que as metas foram cumpridas”, sublinhou Duarte Pacheco.



Governo não cumpre prioridades na educação

Em Sesimbra há promessas por cumprir. Em Arouca e Amares, há escolas sem docentes para disciplinas, os exames aproximam-se à vista. De norte a sul, a inércia do Governo tem consequências para os alunos.

O Partido Socialista assumiu, em tempos, a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, como “a prioridade das prioridades”, “afirmando que quando chegassem ao Governo (...) a escola iria ser imediatamente construída”. Cumpriu? Não. Por falar em prioridades, também o primeiro-ministro tinha afirmado, na sua mensagem de Natal, que a educação teria de ser “a primeira das nossas prioridades”.

Ano e meio depois, o Executivo não dá por honrada a palavra dada, pois “o Governo/PS dá o dito por não dito e diz que afinal a construção da nova escola vai ter de ser estudada”. A denúncia do PSD é feita através de uma pergunta regimental, na qual os deputados perguntam se, “na sequência do prometido pelo PS e pelo Governo, vai ou não a Escola Secundária da Quinta do Conde ser construída?”.

Os social-democratas relembram, no documento dirigido ao ministro Tiago Brandão Rodrigues, que o PSD “sempre defendeu que fossem desenvolvidos todos os esforços para que, assim que a conjuntura económica o permitisse e fosse ultrapassada a rutura financeira em que o Governo PS deixou o país, o Ministério da Educação ou a empresa Parque Escolar, avançassem com a construção da Escola Secundária na Quinta do Conde”.

O processo de construção da referida escola foi iniciado, mas suspenso temporariamente na sequência do “grave contexto económico-financeiro em que o país se inseria”, lembra o PSD. “O compromisso e as promessas da empresa Parque Escolar, provenientes do Governo do Partido Socialista, com o apoio de PCP e BE, alicerçavam-se em projetos megalómanos que, por si só, delapidaram os dinheiros públicos e inviabilizaram mais reabilitações do



parque escolar, bem como a construção de novas escolas”, acrescenta. Em 2011, a Parque Escolar contribui para uma “dívida de médio e longo prazo que atingiu os 1.150 milhões de euros”, relembra.

O PSD sempre considerou da maior importância que “fossem desenvolvidos todos os esforços para que, assim que a conjuntura económica o permitisse e fosse ultrapassada a rutura financeira em que o Governo PS deixou o País, o Ministério da Educação ou a empresa Parque Escolar, avançassem com a construção da Escola Secundária na Quinta do Conde”.

Mais de um ano depois e “o início da construção da escola continua sem prazo à vista”, acusam os social-democratas, salientando que há indicações do Ministério da Educação de que “ainda é necessário um estudo de rede que apure determinados parâmetros para ver se faz sentido ou não a construção de uma nova escola”. De acordo com o PSD, “importa relembrar que o anterior Governo PS, liderado pelo então primeiro-ministro, José Sócrates, através da Parque Escolar, já tinha iniciado os procedimentos concursais para a construção da escola secundária da Quinta do Conde”.

População teme efeitos do encerramento de balcões da CGD

Até 2020, a CGD terá menos 180 balcões, de acordo com plano de redução recentemente publicado, num processo cujos resultados já se começam a sentir. Por exemplo, em Lisboa onde já encerrou o balcão da Avenida 5 de Outubro e em outras localidades do País onde existiram manifestações.

Os deputados do PSD, após ouvirem as preocupações da população, dirigiram várias perguntas ao ministro das Finanças. Importa saber o que acontecerá a um serviço que, até agora, era de proximidade, sobretudo para os mais idosos e para os que têm mobilidade reduzida. Igual importância tem a noção de serviço público, em zonas com problemas de despovoamento. Segundo o plano divulgado pelo Governo, existe um plano de redução de funcionários – cerca de 2300, no total – com base em rescisões voluntárias, mas, por esclarecer ainda está o destino dos funcionários nas localidades onde se projetam os encerramentos.



Cuidados de saúde em Lisboa e Vale do Tejo estão a deteriorar-se

A prestação de cuidados de saúde degrada-se em todo o país. Um dos casos mais recentes é a Unidade de Alcoologia de Lisboa e Vale do Tejo: a falta de médicos, de enfermeiros e de auxiliares perdura há mais de um ano. Ao mesmo tempo, a lista de espera aumenta, por incapacidade de resposta colocando em causa a prestação de cuidados aos utentes.

Os deputados do PSD Ângela Guerra, Carlos Silva e Miguel Santos alertaram a tutela e pretendem saber que ações estão a ser estudadas pelo Ministério da Saúde para que o serviço possa assegurar as suas funções. Já em 2016 Ministério da Saúde tinha assegurado que estava em curso um conjunto de medidas para aumentar as capacidades da Unidade de Lisboa e Vale do Tejo.

Para o PSD, é fundamental garantir condições financeiras, logísticas e de recursos humanos para que estas unidades de atendimento especializadas possam debelar todas as patologias, dependências e situações de saúde pública.

Ministro das Finanças chamado a explicar contratos "swaps" assinados por governos socialistas

O PSD vai pedir a presença de Mário Centeno no Parlamento para prestar esclarecimentos sobre a solução assinada entre o Governo PS, em colaboração com o PCP e BE, e o banco Santander Totta, relativo aos contratos "swaps", assinados por governos socialistas, antes de 2011.

António Leitão Amaro, vice-presidente da bancada do PSD, recorda que os "governos socialistas", em particular os executivos liderados por José Sócrates, foram responsáveis pela dívida a pagar ao Santander Totta por causa da celebração dos contratos "swaps".

A fatura foi criada pelos governos socialistas, mas as responsabilidades não podem ser varridas, nem descartadas. Os contratos "swaps", lesivos para os contribuintes portugueses, foram assinados no tempo e com o conhecimento de governos PS.

"Cada vez que o Governo é confrontado com alguma pergunta do sistema financeiro, das relações contratuais, tenta sempre reinterpretar a história, pondo a responsabilidade noutros. Nós não aceitamos nenhuma tentativa de reescrever a história. Sim, a responsabilidade é clara: é do governo socialista", frisou António Leitão Amaro, considerando que "às vezes, as faturas são adiadas".

O Governo, colaborando com o PC e BE, anunciou que o Estado e o Santander Totta chegaram a um acordo sobre os "swaps". Contudo, o PS e os parceiros à esquerda escondem os custos para os contribuintes dessa transação negocial, bem como o impacto para as finanças públicas.

Governo está a destruir o arrendamento



O Governo obriga os senhorios a assumirem deveres do Estado no arrendamento urbano. Subsídios de renda a idosos não entram em vigor. As rendas estão mais caras e inacessíveis para os jovens.

A maioria parlamentar aprovou “mais um congelamento de rendas injustificado”, uma “traição aos proprietários”, acusa Emília Santos, deputada, denunciando a “perseguição populista da esquerda parlamentar aos senhorios, transformando-os em instituições de solidariedade social à força”.

Como afirma Emília Santos, “para a esquerda sai mais barato não tornar eficaz o subsídio de renda criado, não promover a sua dotação orçamental e atirar por mais 8 anos, para cima dos senhorios, a função social do Estado de garante do direito à habitação”.

Tal como diz, “sai realmente mais barato obrigar os proprietários a substituírem-se à Segurança Social”.

A deputada acusa, ainda, o Executivo de “deixar os idosos viver em casas degradadas por tempo suficiente até que a lei da vida resolva o problema ao Governo”.

Solução em 2012 “não era preciso inventar”

Emília Santos recorda que “na Reforma do Arrendamento levada a cabo pelo anterior Governo PSD/CDS-PP em 2012 foi criado um subsídio de renda a atribuir aos inquilinos idosos e carenciados que se previa entrar em vigor no final deste ano, findo os

cinco anos do período de carência concedido”. Assim que terminasse o prazo, competiria ao Estado “assumir as suas funções sociais”, reforça.

O dever social no apoio a idosos e carenciados não se verifica no executivo liderado por António Costa. “O Governo assume a personagem de um simpático ‘benfeitor’ que distribui apoios aos carenciados, mas a piada é que o faz com o dinheiro dos outros, sem se importar que alguns desses outros também sejam carenciados”, critica a deputada.

“Parece que voltámos ao PREC, em que tudo era lícito, até o roubo da propriedade privada”, afirma. Defende que “a proteção aos inquilinos idosos e debilitados – com que todos os partidos concordam – pode e deve ser feita pelas mãos do próprio Estado e não por imposição do Estado”. Se a solução já tinha sido criada pelo anterior executivo, “não era preciso inventar nada, nem prejudicar mais pessoas”, alerta.

Governo ataca o direito de propriedade

Os deputados do PSD não se revêem “nesta forma barata de resolução do problema do arrendamento em Portugal”. Assumem a “frontal oposição a este regresso ao passado, que passa pelo ataque ao direito de propriedade igualmente consagrado na Constituição”, alerta a deputada. Em ano e meio de Governo, e muitas promessas depois, há “menos casas para arrendar, rendas mais caras, uma fuga generalizada do investimento em habitação para o turismo. E nem o anúncio do aumento de verbas para a Porta 65 aconteceu”, lamenta.

Para o PSD, as medidas anunciadas pelo Governo, no que diz respeito à Lei das Rendas, visam sobretudo arrendamentos antigos que, de acordo com Emília Santos, “são cada vez menos e nada fazem para criar futuro”. A deputada reitera: “são leis como esta, autênticas cartilhas carregadas de populismo e pura demagogia em ano de eleições autárquicas que destroem o mercado de arrendamento”.

Reclamações na saúde dispararam em 2016

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) recebeu quase 70 mil reclamações em 2016, um aumento superior a 13 mil queixas em relação ao ano anterior. Em causa, está a redução da capacidade de resposta e a perda de qualidade dos serviços de saúde, em particular no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para o PSD, este acréscimo em 24% do número de reclamações merece reflexão e preocupação.

Numa pergunta dirigida ao ministro da Saúde, Ângela Guerra e Luís Vales, deputados do PSD, e Miguel Santos, vice-presidente da bancada social-democrata, pedem explicações sobre o aumento de reclamações em 2016.

Os deputados pretendem ainda saber que medidas foram tomadas para assegurar e melhorar a qualidade dos cuidados de saúde e a própria atividade das unidades de saúde.

De acordo com a ERS, em 2016, deram entrada 69.511 reclamações relativas a prestadores de cuidados de saúde, que se relacionam com tempos de espera, procedimentos administrativos diversos, foco no utente ou acesso a cuidados de saúde.

“Entradas de leão, saídas de ratinho”



Pedir a demissão de Dijsselbloem, era uma “imposição, uma reivindicação do Governo português”. Foi, afinal, uma encenação do Executivo. Tal como afirma Luís Montenegro, “parece que nas reuniões se esquecem disso e fazem de conta, incluindo o senhor primeiro-ministro, que em Madrid fez de conta que essa oportunidade não apareceu. Em Portugal, pedem a demissão. Nas reuniões, sejam Bruxelas, La Valletta ou em Madrid, as entradas de leão dão em saídas de ratinho”.

O líder parlamentar do PSD referia-se ao “momento ridículo de criar uma encenação na reunião do Eurogrupo e de ter deixado a nú a posição do Governo português” levada a cabo pelo secretário de Estado Adjunto e das Finanças. O mesmo secretário de Estado que desmentiu o primeiro-ministro a propósito das condições do negócio da venda do Novo Banco.

O PSD, durante o debate quinzenal que decorreu hoje na Assembleia, questionou António Costa sobre o motivo pelo qual Mário Centeno não esteve presente na reunião do Eurogrupo. Perguntou porque é que, tendo participado um enviado especial do Governo, não se concretizou o pedido de demissão na reunião?

O líder parlamentar dos social-democratas inquiriu ainda o motivo pelo qual, se Mário Centeno foi sondado para a presidência do Eurogrupo, “foi defender um candidato espanhol? E porque é que o secretário de Estado não pediu a demissão na reunião do Eurogrupo?” “A única coisa que o Governo devia ter feito não fez, e não dá explicações sobre isso”, acusou Luís Montenegro.

“O crédito continua malparado, mas o seu Governo está cada vez mais bem parado”

Luís Montenegro referiu-se à ausência de trabalho que o Governo tem vindo a demonstrar face ao crédito malparado.

“O primeiro-ministro já disse que estava a ultimar uma solução. Depois disse que estava a trabalhar intensamente. Depois disse que havia um calendário para as soluções. Quantas reuniões já houve sobre a criação de um veículo para o crédito malparado? Qual é o calendário que vamos seguir? Andamos nesta conversa há mais de um ano. Um ano depois, o crédito continua malparado,

mas o seu Governo está cada vez mais bem parado. Isto é só conversa”, acusou o social-democrata.

Os portugueses merecem saber “qual é a solução e como se vai preconizar”, destacou.

Governo desiste do subsídio e prejudica o arrendamento

“A geringonça impôs um novo congelamento das rendas” e desistiu do “subsídio de renda para os inquilinos com mais de 65 anos”. A acusação foi de Luís Montenegro, durante o debate quinzenal desta quarta-feira.

O líder parlamentar do PSD referia-se a mais uma reversão da geringonça, sobre a reforma do arrendamento urbano. “A geringonça desistiu de implementar o subsídio de renda para os inquilinos com mais de 65 anos ou com alto nível de incapacidade. Duplicou o prazo para aplicar o novo regime ao arrendamento não habitacional. Restringiu os critérios para facilitar as obras de restauro e reabilitação dos edifícios”, afirmou.

Esta reversão tem como consequência – da “inteira responsabilidade da maioria” – a diminuição da atividade de reabilitação, da oferta de casas para arrendamento, o aumento do preço para o arrendamento e a penalização

de um setor de atividade que está a crescer.

As dúvidas levantam-se: “O que quer o Governo com este retrocesso? Que oportunidades quer criar? Que dinamização do mercado de arrendamento e dos centros históricos quer promover?”. “Era importante que o primeiro-ministro explicasse porque é que, por intermédio do Governo e da maioria, está a gerar a desconfiança no mercado de arrendamento”, disse Luís Montenegro.

Na realidade, o mercado de arrendamento também afeta os jovens que querem fixar-se nas terras para onde vão à procura de uma oportunidade de emprego. Diz, igualmente, respeito a um setor, o da construção civil, que também estava empenhado em promover a reabilitação urbana, quer no contexto de recuperação do espaço urbano, quer na sua própria atividade económica. Relaciona-se ainda com a dinamização de novos setores, como o alojamento local.

Governo não leva a cabo reformas, mas sim reversões

“Felizmente, desde 2013 que o risco de pobreza está a diminuir, e queremos que se mantenha a diminuir”, afirmou o líder da bancada social-democrata. No entanto, “não vamos conseguir projetar um futuro melhor para o nosso País, para as pessoas, se não tivermos capacidade de levar até ao fim as reformas estruturais necessárias para que haja desenvolvimento e progresso, uma economia que absorva emprego”, acusou Luís Montenegro.

Combater as desigualdades, melhorar oportunidades e eliminar o risco de pobreza são desígnios nacionais pelos quais todos se mobilizam, à exceção da atual maioria.

“O senhor primeiro-ministro falou em solidariedade geracional, uma matéria que nos é muito cara, porque temos de ter sempre em atenção o que deixamos, para os que vêm a seguir a nós, e que muitas vezes prejudicamos com as decisões que tomamos. Que o digam os portugueses que sofreram, e ainda sofrem, desde 2011, com a falta de sentido de solidariedade geracional que os governos de 2005 a 2011 tiveram na condução da política económica e social do país”, lembrou o social-democrata.

António Costa disse ainda que, na educação, foi possível desde 2000 começar um caminho de diminuição do abandono escolar. Mas esse caminho foi travado em 2016, no primeiro ano da sua governação. “Já que quer projetar os efeitos e consequências das políticas públicas a médio e longo prazo, é uma oportunidade de ouro para perceber que a política de reversões que tem levado a cabo, nomeadamente na educação, começa já a produzir efeitos nefastos à vida das pessoas e aos jovens. Isto repete-se em muitas outras áreas”, concluiu Luís Montenegro.



Governo esconde custos do perdão aos bancos



“Parece-me evidente para os portugueses qual é o juízo que devem fazer de um Governo que não tem coragem de revelar um cálculo básico”. Foi assim que António Leitão Amaro, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, denunciou a “propaganda política” em que se refugiou Mário Centeno, dia 12, em audição na Comissão de Orçamento. Em causa está a renegociação do empréstimo de 3900 milhões de euros ao Fundo de Resolução com o Governo a ceder aos bancos uma taxa de juro inferior aos empréstimos da República.

O social-democrata tentou, em dez interpelações, obter uma resposta concreta à pergunta: “qual é o valor atualizado deste empréstimo depois do perdão que acordaram à banca?” Para o PSD, as perdas dos contribuintes podem, no mínimo, ultrapassar os mil milhões de euros.

Tratou-se, segundo o deputado, de um “exercício de perguntas sem resposta”, por parte de Mário Centeno, estratégia que os membros do atual Executivo parecem ter em comum.

Com o dinheiro dos contribuintes, o Governo torna fáceis desafios difíceis

“Há uma marca que o senhor ministro já tem, é a de que faz negociações e vem clamar sucessos à custa de muito e muito dinheiro dos portugueses”, disse António

Leitão Amaro, salientando que “isto lembra demasiado o padrão socialista do passado que, perante desafios difíceis, são tornados fáceis com a utilização de muito dinheiro dos portugueses”.

Tal como o próprio afirma, as decisões do Governo no que diz respeito a Banif, Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco representam “um envolvimento de mais de 10 mil milhões de euros de dinheiro dos contribuintes, são mais de mil euros por português”. O deputado entende que uma “boa capacidade de gestão pública não é fazer coisas a qualquer preço, muito menos quando o custo é escondido e atirado para a frente sob a forma de dívida”.

António Leitão Amaro lembrou afirmações de Mário Centeno que diziam que a solução para o Novo Banco não traria encargos para os contribuintes para acrescentar que “tudo mudou, creio que, no dia 21 de março”. Para o PSD, o problema está nas “péssimas condições” resultantes do perdão da dívida aos bancos. Acusa, por isso, Mário Centeno de fazer escolhas à custa de “muito e muito dinheiro dos portugueses”.

“Era preciso assegurar que o Estado não perdia dinheiro”

“Não há ministro das Finanças que não tenha feito este cálculo. Não há financiador que negocie um empréstimo sem saber qual é o valor atualizado que vai receber”, insistiu António Leitão Amaro, pedindo: “diga o senhor tem

a responsabilidade de gerir o dinheiro dos portugueses, renegociou o empréstimo do dinheiro dos portugueses, qual é o valor atualizado líquido dos pagamentos?”.

O PSD defende que havia uma alternativa à solução encontrada pelo executivo de António Costa. “Era renegociar o empréstimo, impondo ao Fundo de Resolução e com isso aos bancos, exatamente as mesmas condições com que o Estado se financia. Era preciso assegurar que o Estado não perdia dinheiro”.

No acordo com o Fundo norte-americano para a venda do Novo banco, comentários recentes do secretário de Estado das Finanças deram conta da “possibilidade de um envolvimento de um empréstimo ou de uma garantia pública”, pelo que António Leitão Amaro insistiu para que Mário Centeno respondesse a questões como: “se tiver de meter dinheiro para cobrir perdas e repor capital no Novo Banco onde é que vai buscar o dinheiro? Qual é o valor, as condições, o custo desse empréstimo? Onde está a autorização legal, constitucionalmente exigida, para assumir um compromisso de empréstimo para anos futuro? Há ou não perdas que têm de ser suportadas pelos obrigacionistas do Novo Banco? O negócio está ou não dependente disso? De que valores de perdas estamos a falar?”.

Para o PSD importa, também, perceber se “o Governo acordou com a Comissão Europeia uma reestruturação do banco mais agressiva: com mais gente mandada embora, mais encerramento de balcões, redução de cota de mercado”.



POVO LIVRE

Directora: **Maria Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Visto

Agricultura: o buraco indisfarçável do governo

O que se passa entre o Governo e a Agricultura portuguesa é indescritível. Há dois anos e meio, o Ministro dito da Agricultura prometeu mundos e fundos. Era técnico, era competente, conhecia a CAP, frequentava prestigiadamente Bruxelas, sabia negociar, ia trazer fortunas para Portugal. Depois, foi a desilusão em cadeia. O Ministro não era técnico, era tecnocrata. Não era competente, era autosuficiente. Não conhecia a CAP, vivia na obsessão de querer esquecer - apagar - esse conhecimento. Não frequentava prestigiadamente Bruxelas, era visto em Bruxelas como quantidade negligenciável. Não sabia negociar, anunciava metas elevadas mas aceitava, feliz, qualquer esmola que lhe fosse concedida. Não ia trazer fortunas para Portugal, limitava-se a tomar como bom um terço de um quarto do prometido. Veja-se o azeite e como as 43.000 toneladas que a Comissão nos dá ficam a milhas das 120.000 ou 130.000 prometidas pelo Ministro. E, um dia, calou-se. O Primeiro-Ministro calou-o. Mandou-o sair de cena. De cada vez que aparecia era ou um erro, ou uma arrogância, ou uma megalomania. Como o Primeiro-Ministro o preza muito, pessoal e politicamente, não o pode substituir. Mas como o Primeiro-Ministro se preza ainda mais, achou a solução ideal: o Ministro fica mas não fala, aparece mas sem voz na Comunicação Social, é um Ministro faz-de-conta, mudo e quieto. E o próprio Primeiro-Ministro passou a ser o Ministro da Agricultura. Assim foi esta semana, na Ovíbeja. Perante a recusa da organização em convidar o Ministro para a inauguração, teve de ser o Primeiro-Ministro a substituí-lo, a fazer-se aparecer, levando o Ministro na comitiva. Seria irónico, se não fosse trágico. Trágico, porque não há Ministro da Agricultura. Trágico, porque o Ministro da Agricultura se desmultiplicou em ataques aos agricultores portugueses. Trágico, porque o Orçamento do Estado para 1998 baixou o montante para a Agricultura. Trágico, porque as notícias de Bruxelas são desoladoras: na revisão do PAC, o que a Comissão propõe é o fim da nossa Agricultura. Perdemos no leite, e na carne e nos cereais. Perdemos no azeite, e no vinho, e nas culturas mediterrânicas em geral. Perdemos no desenvolvimento rural. Ou seja, perdemos em tudo! Perante isto, o Ministro continua, impávido e sereno, ele e a sua importância. Perante isto, o Primeiro-Ministro age como se a agricultura portuguesa fosse para deixar morrer. Perante isto, as vozes que se levantam são caladas na informação pública pelo Governo. Manifestações de agricultores, apelos ou protestos de partidos - nada que seja sobre a Agricultura passa no crivo censoral do Governo. O Governo pensa que é tapando a realidade, escondendo-a na televisão, que ela deixa de existir. Pura ilusão. A realidade é sempre mais forte do que a censura da sua transmissão. O Engenheiro Guterres devia saber isso. Devia saber que está só a ganhar tempo, a adiar dificuldades, a avolumar problemas para o futuro. Não se queixe do dia em que esses problemas cairão, todos, e sem margem de recuo, em cima de si e do seu Governo. E, nesse dia, não haverá censura que o salve!

Marcelo Rebelo de Sousa

Conhecida proposta da Comissão da Agenda 2000

Agricultura portuguesa fica totalmente esmagada

• Portugal em grave risco de perda de fundos por fraqueza do Governo

página 5

Governo desmascara-se

Nomeações ilegais e sem concurso enchem administração pública de "boys"

página 5

PSD preveniu os portugueses

Referendo do aborto: pergunta aprovada na A.R. é pouco clara

página 8

Delegação da CDU Alemã em Lisboa

PSD luta por mais fundos e melhor PAC para Portugal

página 8

Encontros com a Sociedade

A reestruturação da indústria da água

página 4

Marcelo reage à morte de D. António Ribeiro

Grande perda para a Igreja e para o País

página 8

Edição n.º 1144 do "Povo Livre", de 25 de março de 1998. Manchete: "Conhecida proposta da Comissão da Agenda 2000: Agricultura portuguesa fica totalmente esmagada". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".



Liberdade de Imprensa? Mais vale estar atento...

Luís Campos Ferreira (*)

Por vezes, sentimo-nos todos culpados por desvalorizar determinadas notícias. E são notícias, muitas das vezes, horrendas. Notícias que demonstram que há quem despreze a vida humana, a dignidade do outro, a condição da diferença, o pensar ou sentir de forma diferente, o emitir de uma ideia. Pensar que a vida, a dignidade, a diferença, o exprimir ideias e sentimentos são direitos adquiridos é o nosso maior erro. A realidade tem-nos demonstrado que não existem direitos adquiridos, existem apenas Direitos. Direitos pelos quais temos que lutar diariamente, para justificar a sua prevalência; direitos que devemos cultivar diariamente para que as novas gerações os possam receber intactos. A Liberdade de Imprensa é um desses direitos.

Mas o que podemos fazer? Podemos começar por agir junto da nossa realidade próxima. Como? Não admitindo que a Liberdade de Imprensa seja um dos tais direitos adquiridos, um facto consumado. Adquirir implica atribuir valor e será que fazemos esse exercício de valoração com regularidade? A liberdade de imprensa, como hoje se diz, aporta valor ao indivíduo e à sociedade. Portanto, se investirmos nesse valor, extrairemos dividendos que se distribuirão por toda a sociedade.

É preciso cultivar a liberdade de imprensa, para que não definhe ou morra afogada na sua própria gordura! Hoje, na nossa sociedade, a ausência de informação ou a tentativa de vedar o acesso à informação não são o principal inimigo da Liberdade de Imprensa. O principal inimigo é o excesso de informação, a saturação do espaço mediático que dificulta a nossa capacidade de refinar a qualidade da informação. E essa saturação muita das vezes é provocada por quem tem capacidade e motivação para tal. Mas, hoje, considero talvez mais útil fazer um exercício fundador que é responder à questão: o que é a Liberdade de Imprensa?

A Liberdade de Imprensa é um Direito fundamental, que assenta a sua formação na Liberdade de Expressão e na Liberdade de Opinião e que utiliza meios de difusão para se propagar, os media. Media a que hoje se somam, apoiados na tecnologia, os media sociais que reclamam para si a capacidade de produção de informação. Mas informação que não é intermediada por critérios jornalísticos. À partida, quando essa informação é produzida por jornalistas, existem mecanismos de regulação e até autorregulação dessa produção. Mas quando essa produção não resulta de trabalho jornalístico essa intermediação não existe.

Como Partido Político temos obrigações acrescidas. A primeira delas é garantir que toda a comunicação que seja difundida com a nossa chancela respeite os princípios e os critérios técnicos fundamentais. De seguida, de facto, deveremos ter um papel mais interventivo no lançamento de programas e iniciativas que ajudem a formar as populações para a interpretação das questões mediáticas. E, por fim, temos que estar muito atentos...

No ano passado, mais de 70 pessoas que estavam a exercer atividades jornalísticas foram assassinadas e centenas foram presas. Foi lá longe, dirão. Mas ainda há muito pouco tempo, aqui ao lado, provou-se que uma força política pressionava orquestradamente jornalistas. Quem foi? O Podemos, partido irmão do BE, que faz parte da Geringonça... Será que lhes está no ADN?

No nosso ADN está o pensamento e a prática política de Sá Carneiro! É diferente...

(*) Deputado à Assembleia da República

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 06 de Maio de 2017, (sábado) pelas 16h30, na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política
2. Outros assuntos

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2017, (quarta-feira) pelas 21h15, no Hotel Vila Galé, sito na Rua Frei Nicolau de Oliveira, 80 - Parque da Gandarinha - Cascais, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Análise da situação política local e nacional
3. Eleições Autárquicas 2017

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mourão, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2017, (sábado) pelas 18h00, **na Aldeia da Luz, Freguesia de Mourão, sita na Rua Sá Carneiro, 33**, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Órgãos Concelhios
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção

NOTA

- As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Comissão Política Distrital na sede Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, 78, até às 24h00 do terceiro dias anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

NÚCLEO CENTRAL / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo Central de Lisboa, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2017 (quarta-feira) pelas 21h00, na sede Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, n.º 3 B, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalho:

1. Autárquicas 2017

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Abril de 2017, (quarta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dtº, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Autárquicas 2017
2. Outros assuntos de interesse dos militantes

RIBEIRA DE PENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ribeira de Pena, para reunir no próximo dia 29 de Abril de 2017 (sábado), pelas 21h00, na Escola EB e Secundária de Ribeira de Pena, sita na Rua 25 de Abril, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Discussão e votação do relatório e contas de 2016
2. Análise da situação política
3. Eleições Autárquicas 2017



RECTIFICAÇÃO À CONVOCATÓRIA DO IV CONGRESSO DA JSD DISTRIAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, informa-se que o IV Congresso da JSD Distrital Castelo Branco se irá realizar no Auditório do IPDJ Castelo Branco, sita Rua Dr. Francisco José Palmeiro, 6000-230 Castelo Branco.

RATEIO DE DELEGADOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, informa-se os militantes do rateio dos delegados residenciais ao IV Congresso da JSD Distrital JSD Castelo Branco, a realizar-se no próximo dia 27 de maio de 2017.

CONCELHIA	Nº DELEGADOS
Belmonte	2
Castelo Branco	8
Covilhã	13
Fundão	10
Idanha-a-Nova	0
Oleiros	3
Penamacor	2
Proença-a-Nova	5
Sertã	4
Vila de Rei	3
Vila Velha de Ródão	0

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 12/4/2017 FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fafe para reunir em sessão ordinária no dia 23 de Abril de 2017, pelas 12:00h, na sede de concelhia do PSD Fafe, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da atual situação política;
2. Outros Assuntos.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o plenário concelho da JSD Matosinhos, para reunir no dia 1 de Maio de 2017, pelas 17:30, na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e aprovação do programa político para a juventude Matosinhense (PPJM2.0).
2. Aprovação, de militantes honorários, por proposta da comissão política;
3. Aprovação dos candidatos da JSD aos órgãos autárquicos, nas listas do PSD, nos termos das alíneas b) e C), do art.69 dos estatutos nacionais da JSD;
4. Discussão da situação política;
5. Outros assuntos de interesse geral.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 06 de Maio de 2017, pelas 14h30, na antiga sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Martins, nº 10, 1º, 2001-901 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Autárquicas de 2017;
2. Análise da Situação Política actual;

CONSELHO DISTRIAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD Setúbal a reunir no próximo dia 29 de Abril de 2017, pelas 14:30H na sede Concelhia do PSD Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 1ºEsq, Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas;
3. Outros assuntos.